

### 1. Stefano de FIORES e Tulio GOFFI: *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo, Paulus, 1993.

Essa grande obra chegou até nós num momento realmente oportuno. Vivemos, nesse final de século uma experiência inédita e também plena de contradições: a busca do espiritual.

A Espiritualidade não se restringe a um pequeno grupo de consagrados como se pensou em tempos passados. Não raras vezes, ouvíamos dizer que monges e ascetas, cristãos ou não, possuíam um itinerário espiritual. À frente das “escolas espirituais”, presentes no judaísmo primitivo e fora dele, alguns nomes se destacavam e tornavam-se os grandes mestres espirituais de várias gerações de discípulos e discípulas.

O *Dicionário de Espiritualidade* abre perspectivas sui generis, refazendo inclusive a leitura sobre o significado da Espiritualidade. Na sua apresentação, com categoria e firmeza, assevera: *O Dicionário não é reservado à elite espiritual, mas abre suas páginas a todos os homens desejosos de superar a mediocridade da existência e de corresponder com tensão ao projeto divino de saborear como o Senhor é bom* (p. VII). Desta forma, a proposta de seus autores é ir ao encontro de homens e mulheres, cristãos ou não, leigos, sacerdotes ou religiosos, que aspiram por uma vida com sentido, capazes de consolidar uma *experiência do sagrado a partir do cotidiano*.

Tal obra contou com a participação de 63 peritos, de tendências diversas, especialistas na área bíblica, teológica, história das religiões e outras ciências. A partir daí podemos perceber que o seu caráter é **ecumênico** e **pluralista**, voltado sobretudo para o resgate da *experiência de Deus nas experiências humanas*. Os 109 verbetes comentados apresentam de forma sistemática a espiritualidade de ontem e de hoje, o que deve ser permanente diante do transitório. Há, sem dúvida, por parte de seus autores um ingente esforço para articular Espírito e vida, fé e história, Deus e mundo, corpo e alma, esquivando-se de uma espiritualidade marcada pelo dualismo antropológico ainda presente em diversas religiões. Os autores, através de uma linguagem não autoritária mas dialógica, próxima dos desafios da modernidade e pós-modernidade, recuperam a positividade do passado (as experiências espirituais do povo da Bíblia, as lições de sabedoria do budismo e do hinduísmo, por exemplo), mostrando os grandes lampejos

dos antigos para o hoje. Ao mesmo tempo, eles integram aos verbetes realidades que eram vistas como profanas: a política, o corpo, a sexualidade, a ecologia, a família, o trabalhador, a mass média, o feminino... Tais verbetes traduzem a certeza de que *a espiritualidade se expressa de forma holística, abarca portanto a pessoa por inteiro e, como diz Teilhard de Chardin, se expressa também no cosmo: a experiência de Deus unifica o universo.*

Para facilitar a pesquisa, Stefano de FIORES e Tulio GOFFI reuniram os 109 verbetes num só volume, onde história e teologia se integram. As novidades que perpassam toda a obra podem ser sintetizadas da seguinte forma:

1. De uma **espiritualidade dualista** para uma **espiritualidade unitaria**: o espiritual é visibilizado no todo e na materialidade histórica. Viver o espiritual não é fugir dos compromissos com esse mundo e nem estar distante dele. Ser espiritual supõe a inserção no mundo, o engajamento histórico;

2. De uma **espiritualidade universal**, única para todos, para uma **espiritualidade particular**: a experiência espiritual é subjetiva, depende da psicologia do crente, da sua história e da sua cultura. O discurso espiritual não deve ser monolítico. Ele é articulado conforme as idiosincrasias do momento histórico. A espiritualidade cristã, por exemplo, expressa-se de forma poliforme: em cada cultura a experiência de Deus é desigual. Por outro lado, a espiritualidade cristã não é a única experiência espiritual; Gandhi viveu uma profunda experiência de Deus e não foi cristão;

3. De uma **espiritualidade de negação do corpo** para uma **espiritualidade da afirmação do corpo**: os desafios da secularização obrigaram a teologia a rever suas posturas a respeito da fé. Hoje, graças, inclusive, ao *diálogo com as ciências*, ao *ecumenismo* salutar, incentivado pelo Concílio Vaticano II, concebe-se o corpo (e tudo o que está relacionado com ele) como o lugar da **corpo**. O corpo é a **chave hermenêutica** para a compreensão da fé. Sem corpo não há fé;

4. De uma **espiritualidade de minoria** para uma **espiritualidade de maioria**: No passado a espiritualidade era vista como privilégio de poucos; hoje, ela é vista como uma necessidade básica que atinge profundamente o **popular**;

5. De uma **espiritualidade da tradição** para uma **espiritualidade das origens**: resgatam-se hoje as fontes da espiritualidade de que se embebem de uma fonte maior: a experiência espiritual de Israel e dos primeiros cristãos; a experiência espiritual de Buda...

6. De uma **espiritualidade patriarcal** para uma **espiritualidade humanocêntrica**: a partir das lutas das mulheres, o feminismo eclode com força reivindicativa. O dicionário evoca místicas e místicas, que na reciprocidade, deixam emergir a força espiritual.

Só a título de informação, os autores privilegiam alguns verbetes. Três deles são realmente significativos e se integram no discurso da teologia espiritual:

a. *Seguimento de Jesus*: é aqui que está a chave central da espiritualidade cristã apontada pelos autores. Jesus de Nazaré, através da sua práxis, propõe um itinerário espiritual;

b. *Comunidade Eclesial de Base*: O dicionário dedica 10 páginas para tal verbete; duas páginas trazem uma vasta referência bibliográfica. O novo modo de ser Igreja fez emergir uma espiritualidade dos pobres, marcada pela esperança e a solidariedade, num contexto específico;

c. *Teologia da Libertação*: O dicionário diz que a espiritualidade da libertação é marcada não pela força da doutrina mas pela prática da fé, por isso conflitiva, martirial e cheia de esperança. Tal teologia é fruto de uma *espiritualidade dos pobres* que buscam na Palavra do Senhor forças para a construção da nova sociedade.

Outro aspecto relevante apontado pelo dicionário são as patologias espirituais. Os autores, de forma crítica, ficam reticentes diante de algumas “espiritualidades” que despontam por aí afora. Muitas delas carregam no seu bojo uma inautêntica experiência de Deus. São espiritualidades marcadas por um desequilíbrio desconcertante. A patologia espiritual é analisada sob o prisma da psicologia.

Apesar dos esforços elaborados por toda a equipe de especialistas, o dicionário deixa a desejar quando não relaciona espiritualidade com economia de mercado, principalmente ao abordar o verbete *patologia espiritual*. Se de um lado emerge uma espiritualidade que suscita vida (integração/equilíbrio da pessoa), há também, em contrapartida, uma espiritualidade aliada aos interesses do mercado, portanto uma espiritualidade que comunga com os ideais individualistas do neo-liberalismo.

Enfim, o *Dicionário de Espiritualidade* é um forte aliado nosso, de que precisamos usufruir para a construção de uma teologia mais próxima do Deus de Jesus e da realidade, na qual estamos todos existencialmente mergulhados.

Paulo Roberto Cavalcanti  
Professor de Teologia Sistemática  
Faculdade N. Sra. Assunção e ITESP

## **2. Alice L. LAFFEY: *Introdução ao Antigo Testamento: perspectiva feminista*. São Paulo, Paulus, 1994, 294 pp.**

*Esse livro tem como objetivo completar os livros que tradicionalmente têm sido usados para introduzir os estudantes no estudo do Antigo Testamento* (p. 9). Assim a Alice L. Laffey abre

o seu livro. Ela leciona no Departamento de Estudos Religiosos do Colégio de Santa Cruz, em Worcester, Massachusetts, EUA. Foi a primeira mulher a se doutorar no Pontifício Instituto Bíblico de Roma, na Itália.

O livro é muito oportuno, pois é lançado num momento em que a pesquisa bíblica se desperta de uma maneira muito forte para a questão da mulher na Bíblia. Primeiramente ela faz uma introdução a cada livro do Antigo Testamento, destacando a presença de todas as mulheres que aí aparecem. Assim, toda a primeira parte da Bíblia é contemplada no seu livro, que é dividido em cinco grandes blocos: o Pentateuco; a História Deuteronomista; os Profetas Maiores e os Menores; os Escritos. Por último, à guisa de conclusão, temos o quinto bloco.

Cada bloco segue o seguinte esquema: *Introdução*: onde encontramos a apresentação do livro, data, autor ou autores, quando é possível identificar, conteúdo, bem como as considerações literárias de cada livro que faz parte do bloco. No segundo ponto de cada bloco, a autora faz um levantamento de *Temas a partir de uma perspectiva feminista*, constatando o patriarcalismo existente e a hierarquia que ele implica.

Mostra ainda como a história de Israel é basicamente uma história de homens, em todas as suas etapas. Uma demonstração disso é a própria linguagem. As mulheres são propriedade dos homens e a discriminação sexual está sempre presente nos textos. Mas em todos os blocos, a autora salienta que há exceções a todos os itens levantados nesse segundo ponto.

A seguir, ela escolhe alguns textos e faz sua interpretação na perspectiva feminista, mostrando como a mulher é tratada na cultura patriarcal. Exemplo: a autora toma o texto Jz 11, com o seguinte título: *Uma moça anônima sujeita-se a cumprir voto do pai: "Trata-me segundo o que prometeste"* (p. 131-134). Após relatar o texto, ela faz a interpretação, destacando duas questões: Jefé, em troca da vitória militar, que lhe dará um lugar de honra no meio do povo, faz uma promessa a Deus de sacrificar a primeira pessoa que ele encontrar, não interessa quem seja. Aqui, a autora tece o seguinte comentário: *muitos exegetas ignoram esse aspecto sombrio da personalidade de Jefé, para só falarem da sua vitória* (p. 133).

A segunda questão é o comportamento da moça diante do voto do pai e a maneira como esse fato é contado, mostram a cultura patriarcal de sua origem. Nesse texto como em vários outros, a interpretação é acrescida de um sumário, onde encontramos textos complementares que ajudam a entender o texto em questão, e o ponto de vista de análise da autora. Desse modo ela trabalha todos os textos escolhidos. Por fim, na conclusão do bloco encontramos uma síntese dos pontos tratados e indicações de leituras complementares.

Como podemos observar, o livro é bem esquematizado. Cada bloco é completo e forma um conjunto em si mesmo. Assim ela consegue fazer uma introdução de todos os livros do Antigo Testamento, mostrando a presença significativa das mulheres e a sua manipulação na cultura patriarcal e na maneira como os textos são relidos.

Após o levantamento de todos os textos do AT, que se referem diretamente às mulheres, e a apresentação de uma reflexão sobre os mesmos, a autora conclui o livro mostrando ter consciência de que, atrás da cultura patriarcal na qual tais textos foram gerados, há expressões *determinadas por situações sociais específicas e por circunstâncias históricas*" (p.293). Segundo ela, *Pode ser que as mulheres tenham tido mais funções de liderança e autonomia maior em algumas épocas do que em outras. Uma pesquisa sobre as condições sociais que afetavam as mulheres, embora ultrapasse o objetivo da presente introdução, seria o próximo passo para compreender e explicar o patriarcado do Antigo Testamento e também os impulsos feministas que a cultura produziu* (p.293). Portanto, o livro permanece dentro do objetivo proposto, que é *introduzir os estudantes no estudo do Antigo Testamento*, completando o que já existe, numa perspectiva feminista. O ponto de partida da autora é importante, mas há que dar outros passos. O levantamento das figuras femininas bíblicas, por si só, não dá uma visão da sociedade que está por trás do texto e pode até fazer da mulher uma heroína ao assumir postura de homens dentro da cultura patriarcal. Há que ter presente que a Bíblia é um produto histórico social. O texto não é neutro, temos que suspeitar das informações contidas nele, já que a maioria das narrativas são patriarcais e as relações são hierarquizadas. Especialmente na junção das fontes antigas que nasceram da vida cotidiana das tribos e famílias, com seus conflitos e lutas, onde as mulheres tinham um papel de destaque, a redação patriarcal imprimiu nova direção e deu outro tom. Para superar essas dificuldades, é mister descrever a sociedade onde os textos foram escritos, resgatando aí a vivência da mulher. Ou seja, faz-se necessário um método para detectar as circunstâncias sociais e históricas de determinado texto ou fato bíblico, bem como o por quê tais circunstâncias deram origem a tal texto. É fundamental explicar a inter-relação entre um texto e seu contexto socio-político-econômico-religioso. Ao descrever a realidade que envolve a pessoa, é possível perceber o jogo de poder, a influência que tal pessoa ou grupos tiveram na sociedade e vice-versa. Mas, para ouvir a voz das mulheres, negros, pobres, velhos, crianças, doentes... que falam no texto, sentir seu sofrimento, suas lutas e esperanças, não basta descrever as realidades sociais onde o texto foi produzido. É preciso ir mais fundo, ao cotidiano. Para

escutar a voz é necessário ir à realidade do dia a dia. O texto é fruto da vida na casa, na comunidade, no concreto das relações e conflitos.

A leitura feminista aprofunda a reflexão, entrando no dia-a-dia da vida das pessoas presentes na Bíblia, através do CORPO DE QUEM? Essa pergunta originária se desdobra em outras quatro perguntas, abrangendo: gênero (sexo); etnia (raça); geração (idade); classe (pobre, rico...). Essas perguntas nos levam a descrever a divisão dos papéis dentro da sociedade e a reconstituir as relações. É diferente ser mulher negra, de ser mulher indígena, de ser mulher branca. Assim como, traz diferença ser velho, jovem, rico, pobre etc. Tudo isso são instrumentos, mediação para o texto, e ao mesmo tempo constituem a sua estrutura. O corpo é feixe de paradigmas. É preciso aprofundar o enfoque da análise para entrar no dia-a-dia daqueles que constroem a história bíblica, visível ou invisivelmente, para dialogar com eles, entrar na sua pele e sentir o que eles sentiram.

O livro de Alice L. Laffey, que ora a Editora Paulus nos oferece, é uma grande contribuição para o estudo bíblico. Ao fazer um levantamento sistemático das mulheres que povoam o mundo do Antigo Testamento a autora coloca em nossas mãos um excelente complemento às Introduções ao AT, que comumente desconsideram ou dão pouca importância a estas personagens. Com este trabalho ela abre caminho e oferece material para que novos passos sejam dados na linha da pesquisa bíblica feminista.

*Enilda de Paula Pedro*  
*Assessora do Centro Bíblico Verbo*

*Shigeyuki Nakanose*  
*Professor de Estudos Bíblicos*  
*Instituto Teológico São Paulo*

**JON SOBRINO. *O Princípio Misericórdia: descer da Cruz os Povos Crucificados*. Petrópolis, Vozes, 1994, 269PP.**

O autor aborda de forma magistral o tema **misericórdia** na ótica da **libertação**. De forma crítica, ele revê inclusive posturas teológicas assumidas há dez anos atrás por teólogos da libertação e hoje avaliadas com maior racionalidade.

O tema misericórdia está relacionado com a exclusão, consequência do neo-liberalismo. É a partir daqui que o autor integra teologia e mercado, teologia e prática pastoral, teologia e espiritualidade, fé e testemunho.

O livro é resultado de várias conferências proferidas perante teólogos europeus. J. SOBRINO argumenta que a extrema

pobreza do continente latino-americano é fruto de uma globalização da economia, sustentada pelos países mais ricos do planeta; tal pobreza, nascida de uma racionalidade desumana, estende-se aos demais continentes do Terceiro Mundo.

O livro apresenta três partes, aparentemente, justapostas.

Na primeira parte: o autor faz uma análise da **exclusão social**. Ele afirma que os excluídos não interessam aos países ricos, pois o que lhes interessa é a matéria prima que o Terceiro Mundo possui e a mão de obra barata. Não há por parte dos ricos mais ricos uma preocupação com o desenvolvimento dos pobres.

Na segunda parte: J. Sobrino faz um paralelo entre o Servo sofredor de Iahweh e os excluídos do mercado. Segundo ele, os pobres, ontem e hoje, continuam clamando por **misericórdia**. E aqui sua reflexão chega ao clímax, sobretudo quando aborda a necessidade do **perdão**, realidade desconcertante ao considerar os 500 anos de evangelização. O **perdão** se expressa através de gestos de **misericórdia**, isto é, o rompimento com uma falsa piedade e com um esforço pessoal e estrutural em vista do resgate da dignidade do poder (*a sua cidadania*). O autor diz que o pecador (*opressor*) precisa do perdão do pobre (*oprimido*) para que ele também resgate a sua dignidade. Porém, o perdão não é uma **fala** e sim **gesto**. Ainda nesta parte, J. Sobrino relê a espiritualidade dos pobres e diz, com acerto, que eles, não obstante a opressão, têm algo a oferecer aos grandes ricos: a experiência da Graça na partilha dos poucos bens que possuem e no afã de garantirem a sobrevivência.

Na terceira parte J. Sobrino traça as grandes linhas da espiritualidade do presbítero. Para ele, o padre deve dimensionar o seu sacerdócio pela misericórdia, pela compaixão, tal como Jesus. O seguimento deixa de ser teoria e passa a ser práxis quando o pastor está em sintonia com a realidade de exclusão do seu povo. Para o autor, o padre não pode ser compreendido apenas a partir do culto e dos sacramentos, embora eles sejam importantes; é preciso situá-lo como o profeta de Deus no meio dos pobres, e aí está sua tarefa histórica: suscitar esperança quando tudo aparentemente são trevas e nebulosidade. E, como de costume, J. Sobrino se volta para suas experiências em El Salvador, evidencia o pastoreio de Dom Oscar Romero, profeta dos pobres, cuja memória faz garantir a certeza de que a **misericórdia** não é discurso ou doutrina mas atitude libertadora de quem ama e é fiel.

Convém observar que J. Sobrino não se deixa levar pela animosidade teológica que paira sobre o continente, principalmente agora quando a Teologia da Libertação está em crise (não só ela). Ao contrário, ele diz que a América Latina vive momentos kairóticos, marcados pela graça. Não obstante o

pecado estrutural que aí se instalou, a espiritualidade da libertação, presente em homens e mulheres, manifesta-se na capacidade que os pobres têm de amar e perdoar os seus opressores. Assim, *o pecado abunda entre os pobres, mas muito mais superabunda a graça*, e aí está a força espiritual daqueles que são, como diz Hugo ASSMANN, a *massa sobranete*. E ele completa dizendo que a teologia da libertação, apesar da crise, continua tendo o seu vigor enquanto aposta nos pobres e é capaz de dizer, mesmo que muitos digam ao contrário, que Deus os ama e os quer como parceiros do cotidiano.

Paulo Roberto Cavalcanti

**FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo: *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, C.1790-C.1840.* Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, 118 PP.**

Este trabalho conjunto não é o primeiro e esperamos que não seja o último destes dois jovens e competentes pesquisadores que trabalham respectivamente na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para entender a cruel persistência da extrema concentração da distribuição de renda entre nós, João Fragoso e Manolo Florentino analisam a passagem do séc. XVIII para o séc. XIX (1790 — 1840). “*Trabalham com a hipótese de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se organicamente com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente.*” (p.12) Esta hipótese distancia-os dos principais paradigmas analíticos da historiografia nacional.

A renovação dos estudos sobre a natureza singular da metrópole portuguesa e um exame mais cuidadoso da colônia mostra a existência dos **negociantes de grosso trato** e os mecanismos que garantem e perpetuam sua posição social. Desvela-se assim, a lógica repetitiva desta economia de perfil não capitalista, com liberdade relativa, frente ao mercado internacional e com dinamismo para sedimentar setores de acumulação a ela endógenos.

No interior deste movimento, o mercado continuamente gestava uma hierarquia excludente de caráter arcáico. O crescente enriquecimento da elite mercantil e a contínua pauperização das camadas subalternas era o resultado deste quadro geral.

O livro está organizado em quatro capítulos, com uma nítida articulação interna. Nele estuda-se uma questão regional, mas como diz, Ciro Cardoso, no prefácio, esta *esclarece os mecanismos gerais de reprodução da economia e da sociedade da Colônia e das décadas iniciais do Império em sua totalidade.*” (p.10)



No primeiro capítulo intitulado Problemas Gerais de Interpretação, os autores começam analisando os dois grandes paradigmas explicativos da economia escravista-colonial: o do **sentido da colonização** (Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais) e o do **modo de produção escravista colonial** (Ciro Cardoso e Jacob Gorender) e em seguida apontam para uma nova abordagem da colonização como **parte do sistema atlântico português**.

Ainda, neste capítulo examinam como os modelos clássicos compreendem o importante problema do tráfico atlântico de escravos, pois, “*todos os autores em questão compartilham implícita ou explicitamente da idéia de que a perenidade da escravidão torna-se imprescindível à existência de um fluxo externo, contínuo e economicamente viável de mão de obra para o Brasil*”. (p.22)

A visão que estes autores clássicos têm da África é a de uma espécie de grande e passivo viveiro humano, uma vez que não se questionam as razões de uma oferta de tão longa duração.

Fragoso e Florentino na linha dos clássicos também acreditam que o entendimento da constituição passe necessariamente pela compreensão da economia e sociedade lusitana do Antigo Regime. Mas para eles, “*a estrutura de produção colonial gera os seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabiliza a aparição de círculos internos de acumulação para além das trocas com a Europa*”. (p.28)

O estudo do caso do Rio de Janeiro vai demonstrar que a reprodução da economia dará em meio a um mercado colonial e atlântico de natureza não capitalista. O que possibilita uma definição dos pressupostos da própria inserção da formação colonial no mercado exterior e uma explicitação dos objetivos mais profundos que regiam a reprodução desta estrutura relativamente autônoma.

A tese dos autores é que: “*para além das frações dominantes coloniais, a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema monocultor e exportador, visava reproduzir em continuidade (i. é, no tempo) uma hierarquia altamente diferenciada. Por se tratar de estratificação assentada no escravismo, sua viabilização tinha por pressuposto a própria reprodução das relações de poder, afinal eram mecanismos extra-econômicos, os vetores que impeliam o cativo ao trabalho*”. (p.29)

A apresentação das fontes e a justificativa de seu uso fecha o capítulo.

No segundo capítulo, A integração do Rio de Janeiro no sistema atlântico português, mostram a dinâmica integradora e a autonomia da praça mercantil do Rio de Janeiro.

No século XVI o Rio de Janeiro destacava-se, apenas, por sua importância geopolítica. Já no **setecentos se transformara** no principal centro de comercialização de africanos da colônia e numa área fortemente agro-exportadora integrada ao mercado atlântico português. Neste contexto, tem-se também “o

*desenvolvimento de circuitos endógenos de acumulação para além da parcela do excedente detido pela plantação". (p.36)*

De 1790 a 1840 a praça mercantil do Rio de Janeiro vai constituindo-se numa estrutura colonial autônoma que goza de uma certa liberdade de movimentos frente aos do mercado externo.

Entre as pré-condições para esta autonomia, os autores apontam os baixos custos dos fatores da economia colonial, devido a existência de uma elástica de mão de obra e de alimentos e uma fronteira aberta.

Quanto à mão de obra, os grandes modelos explicativos da economia colonial esclarecem apenas as origens do tráfico de africanos, mas não aprofundam nas razões que teriam levado o continente negro a suprir a demanda brasileira de forma tão maciça e contínua.

O tráfico atlântico além de reproduzir estruturalmente a força de trabalho na América, também desempenhará um papel estrutural na África. Ao desempenhar funções e estruturas nos dois continentes, o tráfico atlântico passa a ser afro-americano.

Quanto a estrutura da oferta dos alimentos, visão clássica caracterizava a economia colonial como exportadora e sem mercado interno de peso mas, o exame das balanças comerciais (1796-1811) e, do inquérito agrícola (1778) revela as áreas exportadoras caudatárias de alimentos produzidos por regiões não exportadoras.

Acrescente-se, ainda, que os dados demográficos demonstram que a sociedade colonial era constituída por grandes senhores, cativos e camponeses ligados ao setor mercantil de abastecimento.

Um breve exame das capitânias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul mostra um panorama que aponta no sentido da punjança econômica, em parte devida ao crescimento das atividades de abastecimento para suprir as próprias plantações e a Corte.

Mas estamos diante de uma economia colonial profundamente complexa, pois, o setor agrário, gerador de riqueza produtiva demanda menores investimentos do que o setor mercantil. *"Eis o grande paradoxo: uma economia capaz de enfrentar com êxito qualquer conjuntura exterior mas que, ao mesmo tempo, sofre uma contínua esterilização de riqueza produtiva por parte de seu próprio capital mercantil". (p.69)* Mesmo com este traço esterilizador tal economia colonial não só sobrevive como cresce.

A preocupação central do terceiro capítulo, Elite mercantil e lógica de reprodução, é de provar de fato que os setores ligados à circulação de bens na Colônia eram hegemônicos.

A análise dos inventários post-mortem possibilita levantar os traços estruturais do perfil da hierarquia econômica carioca: hegemonia do capital mercantil e presença de uma hierarquização social fortemente excludente.

Enquanto a análise das escrituras públicas de compra e venda permite observar como a hierarquia altamente diferenciada se manifesta no mercado. Os mais pobres não podem participar de 70% dos negócios mercantis, o que indica um altíssimo nível de concentração do mercado em movimento.

Daí, a formulação da seguinte tese: “*a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista, no caso do Brasil, conduzia os mais pobres livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que perpetuava-se a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social — do poder, enfim*”. (p.78)

Esta elite constituída na base do excendente agrário tornou-se uma das mais importantes frações dominantes do país, com uma atuação vastíssima.

Qual a natureza estrutural do monopólio resultante do perfil concentrador dos negócios e da especulação?

Ao analisar a concentração relativa às atividades mercantis ligadas ao comércio exterior, tem-se detectado “... *a presença de um grupo muito restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil por si mesma concentradora: os agentes mercantis ligados às trocas internacionais*”. (p.85) Este fato nos permite identificar o topo da hierarquia econômica social.

Uma última questão encerra o capítulo: de que maneira o caráter não capitalista do mosaico produtivo colonial, a alta diferenciação social e a concentração da esfera da circulação se traduzem no funcionamento da economia?

A massa documental manejada aponta para o endividamento enquanto suporte do financiamento do mercado colonial. O adiantamento/endividamento é padrão geral, pois, envolve tanto o ápice da hierarquia como os agentes menores. A cadeia de endividamento viabiliza o crédito, se estende a outras regiões e países e assume uma importância determinante ao mostrar a subordinação dos negócios negreiros aos negociantes da praça do Rio. Dado confirmado pela correspondência entre negociantes cariocas e africanos e pelas contas-correntes.

Assim, “*por meio deste mecanismo eles (negociantes cariocas de grosso trato) se integram, de maneira privilegiada à economia imperial portuguesa, com o que seu papel ultrapassa a atuação na esfera da importação/exportação de bens, para assumir feições mais orgânicas relativas ao haver e dever*”. (p.99) O mesmo Estado português reconhecia o poder desta elite.

O capítulo quarto, O arcaísmo como projeto, apresenta uma breve mas densa conclusão. Ao retomar a trajetória percorrida no livro, relembra que o “*Primum Mobile*” da sociedade escravista colonial era a perpetuação da diferenciação excludente.

Mostra também que o ideal aristocrático da Elite Mercantil era transformar-se em rentistas urbanos e/ou em senhores de

terras e homens. Convem notar que, tratava-se de abandonar ramos cuja rentabilidade é das mais expressivas dentre os negócios coloniais, como por exemplo o tráfico de africanos, o comércio de açúcar e as companhias de seguros.

Daí, a pergunta: o que estaria por trás de um movimento de reconversão em si mesmo tão estranho? Para os autores, *“muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante carioca em rentistas urbanos e/ou senhor de homens e terra denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho”*. (107)

Esta transformação contribuirá significadamente para a montagem e perpetuação da aristocracia. Estamos diante de movimento radicalmente distinto do acontecido na Europa, onde a aristocracia precedeu historicamente o capital mercantil. Aqui o capital mercantil *contribuiu decisivamente para a formação e contínua reiteração de uma hierarquia rural cujo aristocrático topo é constituído por senhores de homens e de terra* (p.107)

Entre os méritos do livro podemos apontar o de ter traçado algumas linhas fundamentais do desenvolvimento econômico; o de apresentar dados inéditos que nos convidam a modificar nossas idéias convencionais sobre a formação econômica do país; o de levantar questões que só a análise econômica não dá conta de responder; o de ampliar o campo de análise levando em consideração idéias e valores que influenciaram nos padrões de comportamento e finalmente o de ter utilizado uma rigorosa metodologia de análise.

O leitor ao tomar conhecimento da *“massa documental”* analisada, certamente perguntar-se-á: como foi possível que tais dados sobre a economia colonial tivessem ficado por quase dois séculos nos arquivos?

Uma boa estratégia de leitura seria privilegiar a Introdução (pp.11-14) e o capítulo IV (pp. 101-109) para só depois ler o corpo do trabalho.

A edição mesmo sendo cuidadosa, requer uma revisão para eliminar os erros de junção de palavras.

Aceitar o convite feito por João Fragoso e Manolo Florentino é poder visitar com renovado interesse a época colonial e entender um pouco mais o nosso presente. Os autores fazem sua convicção de Marc Bloch *“de que o ofício de historiador pode oferecer subsídios para através do passado ajudar a compreensão do presente”*. (p.12)

Enio José da Costa Brito  
Professor do Departamento de Teologia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Antonio SILVA CSSR: Eduardo LÓPEZ AZPITARTE,  
*Fundamentação da ética cristã*. São Paulo,  
Paulus, 1995, p. 382.

Esse livro da Editora Paulus teve uma apresentação tipográfica exemplar e uma tradução que se pode chamar excelente: a leitura é fácil e com divisões estabelecidas com maestria pelo autor que permitem uma visão de cada parte e do conjunto muito bem estruturadas e lógicas sem ser preconcebidas. Desta vez o tradutor soube usar uma terminologia adequada ao pensamento do autor em consonância com o que de melhor se produz em nossa língua sem fabricar terminologias incoerentes por ignorar a matéria sobre a qual está trabalhando.

O autor é conhecido por já ter publicado um manual de moral também traduzido para o português e que teve relativo sucesso<sup>1</sup>. Hoje ele retoma o estudo da fundamentação de uma moral para os dias de hoje com a intenção de fornecer um manual para essa parte da reflexão cristã.

1. R. RINCON ORDUÑA, G. MORA BASTRES e E. LOPEZ AZPITARTE, *Práxis cristã: I. Moral fundamental*. São Paulo, Paulinas, 1983, 435 pp.

Outra grande qualidade dessa obra é a mina de informações que dela recebe o leitor: citam-se os melhores artigos e livros com boas referências também a autores da América espanhola e até do Brasil. Os argumentos de cada um são olhados com objetividade e respeito. O autor não gasta suas energias com nomes de filósofos consagrados mas procura responder às preocupações que se encontram nos escritos recentes onde se abeberam os teólogos ocupados mais em preparar suas aulas para o trabalho concreto de formação dos encarregados da formação do povo. Lê, compara, ilumina.

Na distribuição da matéria procede mais por questões que se vão desenvolvendo dialeticamente do que por um esquema com divisões estanques. É um livro onde se procura um esclarecimento para dúvidas e não um manual exposições lineares e de uma lógica estética. Importa mais o discernimento de aprofundamento de questões disputadas que uma visão global e uniforme de um problema reduzido ao essencial.

A preocupação fundamental do autor é achar um caminho possível entre as muitas coisas verdadeiras e falsas que se dizem sobre a ética. Não teme de colocar na lista das afirmações os extremos ou as propostas da tradição ou da projeção com intenção de chegar a propostas razoáveis. Esse seu desejo de aceitar que *toda crítica, por mais falsa que seja, contém sempre uma parte de verdade; além disso seria desonesto não reconhecer o que de falso e mentiroso tem existido em nosso comporta-*

mento cristão (p. 11) leva-o a uma certa tentativa de procurar uma **via média** que freqüentemente pode não contentar um espírito mais exigente.

Outro problema que atravessa toda a exposição é a difícil combinação entre a moral natural e a moral da revelação. Se a revelação eleva, por que os cristãos não são sempre melhores? Por que erram? Por que transformam seu privilégio em farisaísmo? Apela-se para a dialética entre a graça e a natureza mas fazendo sempre uma tal oposição que se tem a impressão de que para o autor o Deus criador é diferente do Deus revelador.

Parece muito bom o capítulo quinto onde o autor estuda a tensão na moral entre o ser e o dever. Enquanto muitas morais fundam-se num dever que é traição ao ser, nosso estudo mostra que a verdadeira moral consiste em ser plenamente como escolha de definição: a perfeição do ser. Se existe obrigação, ela é a situação mais desenvolvida da liberdade que se faz dever objetivamente escolhido. Note-se que o autor não confunde aqui natureza física com natureza humana: com Ulpiano distingue o *jus naturale que a natureza ensina aos animais, do jus gentium, diferente daquele, que se aplica só aos seres inteligentes* (p. 128). Com Santo Tomás afirma que o homem *como criatura racional não pode submeter-se aos simples imperativos de uma natureza já predeterminada pelos mecanismos físicos ou biológicos das leis que a orientam* (p. 131). Talvez é este o melhor momento do livro.

Deixam-nos muitas dúvidas o que nosso moralista expõe sobre os valores concretos e os atos. Reconhece que há uma conflitividade entre fazer bem os atos e fazer o bem com os atos. Mas justificar essa realidade inerente à liberdade que existe na ação moral pela lei do duplo efeito parece-nos pouco feliz. Não temos aqui espaço para discutir tudo o que o autor fala nessas páginas densas e documentadas. Entretanto gostaríamos que se distinguisse o agir moral que pode ser bom ou mau, mas em ambos os casos bem consciente e escolhido com perfeição da liberdade. Uma perfeita liberdade permite escolher crimes horrendos assim como uma liberdade doentia permite fazer atos bons com um mínimo de escolha. A capacidade de liberdade não se mede pela capacidade de bondade!. Creio que isso é fundamental numa ética cristã.

Quando trata da contribuição do magistério eclesiástico para a moral, o autor se contenta com uma reflexão bastante conservadora procurando mostrar o que se propôs nas determinações dos últimos cinquenta anos, contentando-se antes em dizer que a questão pode ter outros desenvolvimentos sobre os quais ele não quer se estender mais.

Não achamos feliz também o tratado da lei. Resume demais e mesmo mostrando a ambigüidade da lei, não consegue convencer dos seus valores de pedagogo, devendo distinguir um pouco mais a Lei do Antigo Testamento certamente substituída, e as leis com que hoje nos vemos envolvidos na vida moral. Essa confusão faz o capítulo perder em mordência e em clareza.

Os capítulos sobre o pecado que concluem o livro são bem diferentes quando o autor trata do pecado pessoal e do pecado coletivo e estrutural. No primeiro caso deu-se um espaço insuficiente para os muitos detalhes e com isso o autor torna-se confuso e incompleto. No segundo caso, usando um número notável de fontes latino-americanas o autor me parece muito feliz.

Enfim, um bom livro para você, colega professor, ou para você que precisa fazer uma revisão sobre o que se fala hoje de moral. Mas leia com atenção nem tudo o que o autor coleciona merece a mesma atenção e certamente não foi propósito dele fazer sínteses que permitam ter um esquema mais estético na cabeça: é um conhecimento mais de informação que de formação, mais ensaio que síntese científica. Como visão dos problemas e das soluções propostas da moral é ótimo. A síntese, você terá que fazê-la.